

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A EXPERIÊNCIA DA AUTOGESTÃO TERRITORIAL ANARQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939): LEGADO, LIMITES E POSSIBILIDADES

Glauco Bruce Rodrigues

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.1, Agosto, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/58535>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - Agosto, 2016.
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

Boletim Gaúcho de Geografia

A EXPERIÊNCIA DA AUTOGESTÃO TERRITORIAL ANARQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939): LEGADO, LIMITES E POSSIBILIDADES¹

Glauco Bruce Rodrigues

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense
Campos dos Goytacazes.

RESUMO

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos e camponeses espanhóis engendrou um processo de caráter revolucionário pautado nos ideais anarquistas formulados ao longo do século XIX e início do século XX. Reunidos em sindicatos e organizações autônomas, esses protagonistas iniciaram um vigoroso e consistente processo de expropriação e coletivização dos meios de produção e instituíram formas de autogestão política e econômica em diversas partes e escalas do território espanhol. Novas dinâmicas de organização da produção e da política foram instituídas a partir da criação de estruturas horizontais e autônomas do exercício do poder. Neste artigo vamos realizar uma análise introdutória da experiência anarquista no processo de autogestão territorial engendrado durante a Guerra Civil.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil Espanhola. Autogestão. Ativismos sociais. Anarquismo

¹ Este artigo é derivado de nossa pesquisa de doutorado (2011), intitulada “Comunas e Federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola”, cujo desdobramento se deu em nosso estágio de pós-doutorado (2014) no âmbito da pesquisa “Geografia Histórica e Ativismos Sociais: a experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)”, com auxílio do CNPq. Ver Rodrigues (2011 e 2015).

1. A RELEVÂNCIA DO RESGATE DA EXPERIÊNCIA ESPANHOLA

Por que um texto sobre a experiência anarquista espanhola? Por conta de dois motivos que estão interligados. O primeiro diz respeito ao conteúdo das pesquisas no campo da Geografia, o que tem implicações nos seus fundamentos teóricos e metodológicos e o segundo refere-se ao atual contexto de aumento de conflitividade social no Brasil. Vejamos como esses elementos se relacionam.

Em relação à pesquisa, a questão que alimenta nossas pesquisas e reflexões é a da espacialidade das relações sociais. Mais especificamente, da espacialidade dos ativismos e conflitos sociais. A questão fundamental é compreender a relação entre sociedade e a produção e organização do espaço geográfico. Nessa perspectiva, o ponto central da análise é apreender de que forma as relações sociais e de poder produzem e organizam o espaço geográfico ao mesmo tempo em que este condiciona e influencia determinadas relações. A ideia-força da espacialidade parte do princípio de que não existem sociedades a-espaciais ou a-geográficas, desprovidas de uma espacialidade material e subjetiva instituída por elas e, ao mesmo tempo, em que permitem sua reprodução.

No que se refere aos ativismos sociais, incorporamos as formulações de SOUZA (2008:368-369), onde o autor afirma que existem cinco pontos fundamentais que as reflexões e pesquisas empíricas devem ser capazes de analisar: 1. O espaço de referência identitária que constitui o ativismo; 2. O espaço enquanto lugar, apropriado e vivenciado pelos protagonistas; 3. As estratégias espaciais de luta e mobilização; 4. A forma como o substrato material influencia e condiciona as lutas; 5. As transformações sócio-espaciais realizadas pelos ativismos.

Sobre o segundo motivo, um novo contexto político se constituiu no Brasil a partir das Jornadas de Junho, em 2013, caracterizado pelo aumento da conflitividade social. A partir de junho, a dinâmica do espaço urbano ganhou centralidade nos debates políticos da sociedade brasileira, em todas as suas dimensões: o trabalho, a mobilidade, a habitação, a cultura, a segurança, o uso e a apropriação, o planejamento e a gestão. Tal conjuntura reforçou nossa convicção relativa à importância de se colocar no centro do debate a questão da espacialidade dos conflitos e ativismos sociais. Diversos conflitos, ações e manifestações tinham como causa a crítica à dinâmica urbana contemporânea, como, por exemplo, as lutas contra os aumentos das tarifas dos transportes públicos e as manifestações contra as remoções por conta das obras realizadas em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Por conta disso, diversas lutas e debates se intensificaram ou ganharam maior notoriedade,

apesar da sua existência anterior (como a luta por moradia e direitos humanos, particularmente no que se refere às lutas contra a violência policial em favelas e periferias).

Nesse contexto de aumento da conflitividade, na qual o espaço urbano desempenha um papel central (seja como objeto das lutas ou como forma de favorecer a ação social para que a luta seja possível, através de manifestações públicas, ocupações de prédios, etc.), não podemos deixar de mencionar a ideia do direito à cidade, formulada por Henri Lefebvre, como uma das fontes de inspiração das ações, discursos e manifestações que ocorreram a partir de junho.

Nessa perspectiva, as questões que nos interessam referem-se às lutas engendradas pela classe trabalhadora para se apropriar do espaço urbano, alterar as relações de poder que o constituem de forma desigual, democratizar o planejamento e a gestão, recolocar o sentido de viver, trabalhar e circular na cidade.

Por conta disso, acreditamos ser importante regatar experiências históricas que demonstrem, concretamente, a capacidade da classe trabalhadora em se apropriar não apenas da dinâmica da cidade, mas do território, de ser o protagonista das ações de planejamento e gestão. Mais do que uma utopia ou idealização, é necessário demonstrar, com exemplos concretos, que a classe trabalhadora possui as condições técnicas, intelectuais, culturais e políticas para gerir sua própria vida em todas as dimensões. Daí a importância da experiência anarquista. Ela demonstra como os trabalhadores foram capazes de assumir tais tarefas e desempenhá-las com êxito dentro do contexto de uma guerra civil e a partir de uma perspectiva libertária, o que, para nós, é de fundamental importância no plano político.

Destacamos a questão da autogestão territorial engendrada pelos trabalhadores espanhóis, que foram capazes de operar significativas transformações na dinâmica territorial (refuncionalizações espaciais e reestruturações territoriais), tanto no que se refere às atividades econômicas como nas formas de organização política, ou seja, de exercício do poder.

A autogestão², de uma forma ampla e politicamente mais consistente (baseada em uma perspectiva autonomista), pode ser apreendida como o exercício efetivo do poder instituinte de uma determinada coletividade no processo de discussão, formulação, deliberação e instituição de leis e normas que regem a vida coletiva, os assuntos em comum e as condutas individuais dentro de uma coletividade. A autogestão é a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula

2 Como alerta Souza (2012:63), a palavra autogestão aparece na segunda metade do século XX, no entanto, seu conteúdo e sua prática é uma herança deixada pelo anarquismo clássico. Ver, por exemplo, Bakunin (2003), Kropotkin (2001), Malatesta (2001) e Proudhon (1998).

e institui para si suas próprias leis e normas e possui a liberdade para alterá-las e questioná-las sempre que julgar necessário, de forma imanente sem atribuir a existência ou o significado de tais leis e normas a nenhum tipo de estrutura ou ente transcendental como Deus, o Partido ou o Estado (CASTORIADIS, 1982 e 1983; SOUZA, 2012). Por outro lado, o território “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2006:331. Grifos no original). Nessa perspectiva, a dinâmica territorial está diretamente associada às relações de poder, aos conflitos e às lutas que constituem a sociedade. Portanto, quando falamos em autogestão territorial, nos referimos à capacidade dos trabalhadores, em primeiro lugar, de instituir um território definido e delimitado pelas suas próprias leis e normas, ou, em outras palavras, pelo seu próprio modo de existência; em segundo lugar, implica a organização da dinâmica interna do território em todas as dimensões da vida social: o trabalho, a produção, o consumo, a cultura, a política, o lazer, a educação, a segurança, os serviços públicos, etc.

A autogestão territorial implica, necessariamente, o seu complemento, que diz respeito à capacidade de realizar o planejamento territorial. Uma análise crítica do planejamento e da gestão (territorial, urbana ou regional) levado a cabo pelo Estado e pelas empresas nos permite concluir que tais ações possuem um caráter estruturalmente conservador e heterônomo. Nessa perspectiva, Souza (2012:69-70) propõe contrapor ao par gestão-planejamento heterônomo a ideia do par autogestão-autoplanejamento. Se a autogestão é a antítese da gestão estatal ou privada, o autoplanejamento é o par autônomo da autogestão³.

Nessa perspectiva, os trabalhadores espanhóis engendraram significativas transformações na dinâmica territorial ao se apropriarem de parte da estrutura produtiva no campo e na cidade e, a partir daí, implementaram um processo de autogestão da produção que foi possibilitado pela coletivização dos meios de produção; transformaram a estrutura fundiária de parte expressiva do território ao desarticular o latifúndio e implementar a coletivização das terras e dos instrumentos

3 Gestão e planejamento são duas ideias (dois conceitos) distintas e complementares: a gestão remete ao presente, à administração dos recursos/das relações sociais aqui e agora; o planejamento, de sua parte, remete, até intuitivamente, ao futuro: planejar significa tentar antecipar possíveis benefícios ou malefícios decorrentes de certos fenômenos, práticas ou eventos e seus desdobramentos prováveis. (SOUZA, 2012:69. Grifos no original).

Em face disso, assim como o planejamento conservador e heterônomo é irmão de uma gestão conservadora, um planejamento não conservador e anti-heterônomo pode e deve ser concebido como complementar a uma ideia não conservadora e anti-heterônoma de gestão. O “par” da heterogestão (termo utilizado, por exemplo, por Guillerm e Bourdet [1976, p. 20]) é o “heteroplanejamento”; analogamente, o “par” da autogestão é o “autoplanejamento”(…) (SOUZA, 2012:69-70. Grifos no original).

de trabalho no campo, assim como uma completa reestruturação nas relações de produção e nas formas de distribuir a riqueza produzida; as transformações na gestão dos serviços públicos significou um outro tipo de gestão do espaço urbano, que passava de uma lógica estatal/privada para atender às necessidades dos trabalhadores, permitindo uma nova dinâmica de apropriação da cidade. Esses são alguns exemplos que serão mais detalhados posteriormente.

Dentro dos limites de um artigo, buscamos apresentar, de forma crítica, uma experiência histórica que pode nos ensinar algumas lições relativas ao desenvolvimento das lutas sociais e das práticas concretas dos trabalhadores, ressaltando suas potencialidades, limites e contradições, para que possamos nos inspirar nos acertos e aprender com os erros.

2. A ECLOSÃO DA GUERRA CIVIL

A Guerra Civil Espanhola teve início em 19 de julho de 1936, após o levante realizado por parte significativa das forças armadas. Tal conflito envolveu três campos políticos distintos. De um lado, o campo Nacionalista, que protagonizou o golpe militar, era constituído por parte das forças armadas, grandes e médios proprietários fundiários, industriais de grande e médio porte, a totalidade da burguesia financeira, pela Igreja Católica, parte da pequena e média burguesia, monarquistas e fascistas. Do outro lado, temos o campo Republicano, constituído pela outra parcela das forças armadas, partidos e organizações de caráter liberal, que aglutinavam parte das classes médias e da pequena burguesia, partidos e organizações socialistas, como o Partido Socialista Espanhol (PSOE), o Partido Comunista Espanhol (PCE) e a União Geral dos Trabalhadores, sindicato controlado pelo PSOE. Por fim, temos o campo libertário, constituído pelas organizações e sindicatos anarquistas, como a Confederação Nacional do Trabalho (CNT, o maior sindicato espanhol), e a Federação Anarquista Ibérica (FAI). Durante parte do conflito, republicanos e libertários lutaram juntos contra o campo nacionalista, até o momento em que também entraram em conflito.

O levante ocorreu para derrubar o governo da Frente Popular, eleito em 1936 (sucendendo um governo fortemente conservador), uma coligação de diversos partidos burgueses (liberais e republicanos), socialistas e comunistas, que pretendia implementar uma série de reformas modernizadoras nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Espanha, como por exemplo, profissionalização do exército, reforma agrária, melhorias na legislação trabalhista, separação mais

clara entre Estado e Igreja, entre outros. É importante salientar que tais reformas tinham como objetivo fundamental modernizar o capitalismo espanhol e não apontavam, em hipótese alguma, para nenhum tipo de processo revolucionário de caráter socialista.

A causa fundamental da Guerra Civil foi a resistência completa das classes hegemônicas espanholas a qualquer tentativa de transformação das estruturas de dominação. A sociedade espanhola estava radicalmente polarizada e dividida, o grau de conflitividade social era muito elevado: de um lado, trabalhadores demandavam rapidez e radicalidade nas transformações de suas vidas, de outro, as elites tradicionais não estavam dispostas a conceder nenhum tipo de benefício ou perder um mínimo de sua capacidade de exercício do poder; no meio disso, republicanos e socialistas eram alvos dos demais grupos porque empreendiam reformas lentas, graduais e limitadas.

Assim, quando a Frente Popular tentou implementar mudanças que permitiam maior autonomia regional, reduziam o poder da Igreja, atacavam o elevado grau de concentração fundiária, reduziam a exploração do trabalho, regulavam as relações de produção, modernizavam o processo político, permitiam maior abertura cultural, os setores conservadores e reacionários lançaram o golpe no dia 19 de julho de 1936.

A resposta da classe trabalhadora ao levante nacionalista foi imediata: as duas maiores centrais sindicais, a anarcossindicalista CNT e a socialista UGT, declararam a greve geral e, ao mesmo tempo, exigiram que o governo distribísse armas para que pudesse haver uma resistência armada por parte da população civil, o que foi negado em um primeiro momento. No decorrer da primeira semana, a classe trabalhadora ocupou quartéis e delegacias, conseguindo se armar para resistir ao levante nacionalista. A partir dessa resistência, os trabalhadores conseguiram debelar o golpe em diversas partes do território espanhol e ainda conseguiram evitar a queda das principais cidades, Madri e Barcelona. No entanto, os nacionalistas foram vitoriosos em diversas cidades e províncias. Nenhum grupo, naquele momento, tinha a força militar e política necessária para derrotar o outro. Em função desse equilíbrio, a sociedade espanhola entrou em uma guerra civil que duraria até abril de 1939. Imediatamente após o levante nacionalista e a resistência dos trabalhadores, a Espanha ficou dividida em dois territórios, a Zona Nacionalista e a Zona Republicana.

3. COLETIVIZAÇÕES E COMITÊS: NOVAS FORMAS DE EXERCÍCIO DO PODER

Após o início do conflito, a decomposição do aparelho de Estado ocorreu em todas as esferas e áreas da administração pública. A desestruturação ocorreu nas forças de segurança (Guarda e Assalto e Guarda Civil, que aderiram, em sua maioria, ao golpe), no corpo diplomático (com maciça adesão ao campo nacionalista), no fornecimento de serviços públicos (transporte, coleta de lixo, abastecimento de água, operação de portos, aeroportos, etc.), controle de fronteiras, emissão de documentos, etc. A paralisação, colapso ou desorganização da administração pública se deu com maior intensidade justamente na escala do cotidiano imediato da população, ou seja, nas cidades, distritos e *pueblos*, onde a administração pública municipal enfrentou o maior grau de desorganização e decomposição se comparada às províncias e ao governo central de Madri. Além disso, parte significativa da estrutura produtiva do campo republicano também sofreu com uma paralisação imediata, na medida em que vários proprietários de fábricas, empresas, estabelecimentos comerciais e de serviços, proprietários de terras alinhados com o campo nacionalista abandonaram suas propriedades, causando uma paralisação temporária nas atividades econômicas.

Esse processo de decomposição, no entanto, não deve ser compreendido como o fim do aparelho de Estado ou sua perda absoluta de capacidade de exercício de poder. O que ocorreu foi a constituição de uma situação onde a capacidade de exercício de poder do Estado foi significativamente reduzida, mas não completamente destruída, o que permitiu a emergência da capacidade de exercício do poder dos trabalhadores espanhóis. Este complexo processo deu origem a situações muito heterogêneas em relação ao grau de radicalidade da ação dos trabalhadores. Nesse sentido, o processo revolucionário foi mais vigoroso nas regiões onde os anarquistas eram hegemônicos, como na Catalunha, Andaluzia, parte significativa de Castela-La Mancha e a maior parte de Levante. Enquanto isso, o processo foi menos intenso nas regiões onde a central sindical socialista União Geral dos Trabalhadores (UGT) era hegemônica, como em Madri, País Basco, partes da Extremadura e Castela-La Mancha. No entanto, devemos ressaltar que houve uma intensa cooperação entre a UGT e a CNT em diversas experiências de caráter efetivamente revolucionário durante a guerra. Assim, é possível encontrar situações onde: 1. a recomposição do Estado foi mais rápida, o que resultou no fim da hegemonia dos trabalhadores; 2. existia uma colaboração entre trabalhadores e o aparelho de Estado; 3. completa hegemonia dos trabalhadores e colapso do

aparelho estatal.

Vamos nos dedicar à terceira situação, caracterizada, efetivamente, por um processo revolucionário. Por conta da desestruturação do aparelho de Estado e de parte da estrutura produtiva, os trabalhadores tinham que enfrentar um novo e imediato desafio, que era organizar o seu cotidiano ao mesmo tempo em que deveriam organizar a luta contra os nacionalistas. Nessas condições, a luta contra o fascismo era, ao mesmo tempo, um processo revolucionário, que exigia a instituição de novas práticas e relações de poder.

O processo revolucionário que se desenvolveu na Espanha foi norteado pelo espírito e pelas ideias libertárias formuladas e consolidadas desde a segunda metade do século XIX até o IV Congresso da CNT em maio de 1936. Nesse sentido, o processo revolucionário estava ancorado nas seguintes ideias: abolição da propriedade privada e do Estado; coletivização dos meios de produção; autogestão política e econômica da sociedade; distribuição justa da riqueza socialmente produzida; horizontalidade das relações de poder.

A forma de organização política dos trabalhadores era norteada pela ideia de autogestão política, econômica e cultural da sociedade. A partir desse norte, foram instituídas formas de exercício coletivo de poder que se expressavam através das assembleias, do sistema de delegação e, por fim, da constituição de comitês de trabalhadores (também chamados de comitês populares ou revolucionários).

Baseado no princípio de autogestão, os espaços deliberativos dos trabalhadores eram as assembleias, que se constituíam em todos os espaços da vida (fábricas, campos, escolas, bairros, estabelecimentos comerciais, serviços públicos, etc.). A assembleia era o espaço de deliberação máximo do corpo político da coletividade, no qual as decisões eram tomadas a partir do livre debate e exposição de ideias. No entanto, seria ingenuidade imaginar que tal corpo político estava completamente imune às relações heterônomas ou que era capaz de eliminar as pressões e manipulações que poderiam ocorrer (e elas ocorriam, de fato), nem acabar com os conflitos, desentendimentos e desavenças. Portanto, não se trata de idealizar tais espaços. Ainda assim, a assembleia era um espaço político vigoroso, no qual existia a possibilidade da participação direta e efetiva do indivíduo e da coletividade. Assim, depois que os debates ocorriam e as decisões eram tomadas era necessário colocá-las em prática. Aqui temos a utilização do sistema de delegação.

O delegado, teoricamente, assume basicamente duas funções: a de porta-voz e de coordenador de ações e atividades definidas pela coletividade em assembleias nas quais ele participa de corpo presente, onde é eleito. Enquanto porta-voz, ele deve levar para outros espaços de debate e deliberação aquilo que foi decidido,

como, por exemplo, as propostas de organização da luta dos trabalhadores de uma fábrica para a assembleia da federação regional. Enquanto coordenador, o delegado tem a função de executar e coordenar as ações e tarefas que foram definidas na assembleia, como, por exemplo, produzir um jornal, coordenar uma comissão técnica, organizar um curso de formação política, etc. O mandato de um delegado geralmente é de curta duração para evitar a cristalização de poder e a consequente constituição de hierarquias e relações heterônomas. Dependendo das necessidades e interesses da coletividade, esse mandato pode ter uma duração maior (quando o delegado é extremamente competente e único na sua função, ou quando existe o objetivo de dar mais experiência no desempenho da função). A coletividade exerce controle sobre as atividades do delegado através de um sistema no qual este deve prestar contas de suas ações e receber novas instruções periodicamente da coletividade. Dessa forma a coletividade pode avaliar de forma mais eficaz o trabalho desempenhado pelo delegado e decidir sobre a recondução ou não do seu mandato.

Os delegados eleitos nas assembleias formavam os comitês, que eram os órgãos responsáveis pela execução e coordenação das atividades que foram definidas nas assembleias. Não eram órgãos deliberativos e sim executivos. Os comitês de trabalhadores (também chamados de comitês ou conselhos revolucionários ou populares) surgiram justamente para preencher o espaço deixado pela decomposição do aparelho de Estado e também como uma iniciativa dos trabalhadores para cuidar de seus próprios interesses, introduzindo um novo tipo de gestão da política, dos serviços e das unidades produtivas. Assim, rapidamente surgiram comitês populares para cuidar da segurança, através da constituição de milícias de trabalhadores (organizadas por partido ou sindicato, que possuíam autonomia completa uma em relação a outra), comitês de abastecimento e distribuição de alimentos, geração de energia, transporte, limpeza, educação, restaurantes coletivos e, finalmente, os comitês de fábricas, oficinas e das propriedades agrícolas (MUÑOZ, 2004:118).

Toda nova dinâmica política e econômica engendrada pelos trabalhadores teve como base fundamental o processo de coletivização, que permitiu, efetivamente, imprimir um caráter revolucionário ao processo. Elas consistiram na expropriação da propriedade privada e na imediata apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, instituindo a autogestão política e econômica da estrutura produtiva e dos corpos políticos. No caso espanhol, houve momentos em que a estatização antecedia a coletivização. Isso ocorria quando o Estado realizava a expropriação de fábricas, imóveis, terras e estabelecimentos comerciais que pertenciam a pessoas e grupos que colaboraram direta e explicitamente com o levante nacionalista.

Partes destas propriedades estatizadas eram transferidas para as organizações dos trabalhadores, que, a partir daí, instituíam o processo de coletivização. As expropriações realizadas pela ação direta ocorriam quando os trabalhadores organizados em sindicatos, partidos, coletivos ou de forma espontânea apropriavam-se diretamente dos meios de produção e instituíam a imediata coletivização, expulsando os proprietários ou ocupando as unidades abandonadas.

O processo de coletivização não atingiu toda a estrutura produtiva do território republicano, que ficou caracterizado por uma significativa diversidade de formas de organização do trabalho e da produção: 1. fábricas, estabelecimentos comerciais, serviços públicos e propriedades rurais que foram estatizados e, apesar de contarem com a administração de comitês de trabalhadores, estavam sob o controle do Estado (THOMAS, 1964); 2. diversos setores da economia ainda estavam controlados por setores da burguesia comercial e financeira que se opunham ao golpe fascista; 3. a intervenção, uma espécie de “cogestão” realizada em estabelecimentos e fábricas onde o proprietário administrava juntamente com um comitê de trabalhadores; 4. as experiências de coletivização dos meios de produção e implementação da autogestão pelos próprios trabalhadores no campo e nas cidades.

Para termos uma dimensão da magnitude do processo de coletivização engendrado pelos trabalhadores, vejamos os seguintes dados. A população espanhola, na década de 1930, era de aproximadamente 25 milhões de habitantes e, segundo Santillán (1980:70), a população economicamente ativa na Espanha era de aproximadamente 10 milhões de habitantes (pessoas aptas ao trabalho entre 18 e 50 anos). Após o início da guerra, o território republicano ficou com a maior parte da população, algo em torno de 12 milhões e com uma população economicamente ativa de algo em torno de 5 a 6 milhões (TORRE, 2009:13). Segundo estimativas realizadas, a população diretamente envolvida no processo de coletivização (trabalhadores e suas famílias) era de, aproximadamente, **1.900.000 pessoas** (GONZALES, 2003 e 2006; MINTZ, 2002:95 in BERTHIER, LEVAL e MINTZ, 2002). Em relação ao campo, aproximadamente **18,5%** das terras cultivadas do território republicano foram coletivizadas (GONZALES, 2004). No caso das coletivizações urbanas (fábricas e serviços), as experiências mais radicais e em maior número ocorreram na Catalunha (principalmente na cidade de Barcelona), em Aragão e na Andaluzia.

Nas fábricas e empresas coletivizadas o regime de propriedade foi transformado: a propriedade privada se transformou em propriedade coletiva e, posteriormente, foi completamente socializada por conta do grande esforço de

reestruturação realizada pelas organizações dos trabalhadores (fechamento ou abertura de unidades produtivas, estabelecimento de fundos coletivos de recursos, parcerias técnicas, realocação dos trabalhadores, etc.). Além disso, a organização do trabalho no interior das fábricas também foi alterada. Após a decisão pela coletivização, a assembleia se transformava no órgão deliberativo máximo da fábrica ou da empresa e constituía um órgão executivo (chamado de Comitê, Comissão ou Conselho de Fábrica, de Empresa, etc., o nome poderia variar de unidade para unidade). Este órgão executivo tinha a função de coordenar as atividades de produção. Geralmente, a primeira medida era instituir comitês por setor de atividade para facilitar a divisão do trabalho. Assim, a maioria das fábricas, por exemplo, era dividida em três grandes setores: técnico, administrativo e produtivo e cada um deles com suas divisões de acordo com suas particularidades. Cada comitê de setor tinha um delegado escolhido em assembleia para fazer parte do Conselho de Fábrica para que houvesse a coordenação das ações dos três setores. Cada setor tinha suas próprias assembleias para definir a organização do trabalho e resolver seus problemas cotidianos, enquanto questões mais graves eram remetidas à assembleia geral. Nas fábricas coletivizadas que não foram abandonadas, os antigos proprietários, gerentes, diretores e técnicos geralmente eram inseridos dentro do processo produtivo no setor de administração e técnico da empresa. Uma medida importante, rapidamente implementada, foi a redução das diferenças salariais entre os diferentes trabalhadores. Diferente das coletivizações agrárias, onde tais diferenças eram muito reduzidas e em alguns casos eliminada, na experiência industrial as diferenças entre trabalhadores manuais, técnicos e administrativos se manteve, apesar da implementação de novas escalas salariais (BERNECKER, 1982 e DURAN, 1993), assim como as diferenças salariais entre homens e mulheres.

Os serviços urbanos, em toda sua diversidade (transporte, educação, energia, água, comércio, etc.) também passaram por processos de coletivização, com diferentes graus de intensidade e radicalização. É importante destacar a experiência barcelonesa, onde a maior parte dos serviços públicos passou a ser gerida diretamente pelos trabalhadores, através dos sindicatos associados, principalmente, à CNT e aos comitês de bairro. Assim, serviços como limpeza, iluminação, transportes, energia e água, passaram a ser organizados e geridos pelos trabalhadores, que realizaram reformas na tentativa de melhorar a qualidade, reduzir os custos e expandir os serviços pelo espaço urbano. Assim, os sindicatos conseguiram reduzir o preço das tarifas de água e energia, assim como operaram uma reestruturação no sistema de transportes, alterando horários, rotas, número

de veículos e reduzindo a tarifa (SANTILLÁN, 1980; BERNECKER, 1982; ROCA, 1983, EALHAM, 2005).

Os serviços urbanos mais corriqueiros e cotidianos também foram coletivizados, total ou parcialmente, dependendo da cidade. Estabelecimentos de pequeno e médio porte, como padarias, barbearias, restaurantes, bares, cafés, cinemas, escolas e teatros passaram a ser autogeridos pelos trabalhadores, que engendraram processos de reestruturação produtiva e de refuncionalizações espaciais.

A experiência dos barbeiros e padeiros de Barcelona é exemplar. Segundo o relato de Souchy e Folgare (2005:117-120), os barbeiros trabalhavam em condições muito precárias e recebiam baixos salários. Além disso, estimava-se que o número de barbeiros desempregados em Barcelona chegava a trezentos, fazendo com que o valor do salário permanecesse baixo e as condições de trabalho precárias, uma vez que existia uma oferta significativa de mão-de-obra disposta a aceitar tais condições. Após o fracasso do golpe em Barcelona, os barbeiros iniciaram uma série de assembleias onde decidiram pela coletivização dos estabelecimentos da cidade e iniciaram um processo de reestruturação das atividades baseado principalmente na distribuição espacial das barbearias. Em um primeiro momento, os trabalhadores dividiram a cidade em zonas, que não necessariamente coincidiam com os bairros, e a partir daí começaram a planejar a reestruturação do serviço. O primeiro passo foi fechar 900 barbearias deficitárias, o que resultou em uma economia de 80 mil pesetas mensais de aluguel, dinheiro que foi utilizado para melhorar as condições de trabalho através da compra de novos produtos e, principalmente, incorporar ao trabalho os barbeiros desempregados. Sobraram apenas 240 barbearias em Barcelona, distribuídas por zonas estabelecidas pelos trabalhadores, que levavam em conta a acessibilidade, o tamanho e a renda da população em cada zona. A jornada de trabalho era de seis horas e meia, sendo que as barbearias ficavam abertas de oito da manhã às nove da noite, sem nenhuma interrupção. A redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento do estabelecimento permitiram a incorporação de mais trabalhadores, eliminando o desemprego neste serviço. A reestruturação permitiu aumentar os salários de 40 para 60 pesetas semanais nos dois primeiros meses de coletivização e depois para 75 pesetas semanais.

As padarias eram avaliadas em função da sua produtividade e localização: aquelas que tinham baixa produtividade, eram deficitárias ou estavam localizadas em áreas com um excesso de outras unidades eram fechadas, seus trabalhadores eram deslocados para outros estabelecimentos e os recursos distribuídos de acordo com as necessidades do ramo de atividade, o que era definido pelo próprio sindicato. As padarias eram consideradas estratégicas para o abastecimento da população

por conta da produção e distribuição do pão, que vai se tornando cada vez mais importante na dieta da população conforme a guerra avança e os alimentos vão se tornando cada vez mais escassos.

Os demais casos, como escolas, hotéis, cafés, cinemas, teatros, serviços como oficinas mecânicas, etc., passaram por dinâmicas semelhantes. Devemos ressaltar os processos de refuncionalização espacial, através do qual os trabalhadores alteraram significativamente o conteúdo das ações e funções do substrato material herdado. As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades, funcionando como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches etc. Casas, prédios e hotéis (geralmente os melhores, mais bem conservados) expropriados tornaram-se sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês, partidos e milícias. Era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos, onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos, e vendida aos trabalhadores por preços bem menores que o habitual. Mercados, quitandas e estabelecimentos comerciais foram transformados em armazéns onde as pessoas poderiam comprar os produtos à disposição, fornecidos pelos sindicatos e coletividades (agrícolas ou industriais).

De forma geral, os serviços urbanos mais rotineiros conseguiram reduzir seus custos para os trabalhadores-consumidores através da redução dos preços e incorporar mais trabalhadores através da redução da jornada de trabalho diária e pelo aumento do tempo de funcionamento de cada estabelecimento. Estas medidas geraram o aumento do consumo, melhorias significativas na qualidade de vida e uma sensível redução no desemprego. O dinamismo gerado pelos serviços possibilitou uma nova dinâmica de apropriação do espaço urbano pela classe trabalhadora: maior mobilidade, acessibilidade e novas experiências de vida na cidade, como a descoberta e vivência de novas paisagens urbanas, maior articulação entre os diferentes bairros, ampliação da percepção espaço-temporal dos trabalhadores que até então era basicamente circunscrita ao seu bairro (deslocamento moradia-trabalho-moradia). A expansão e coletivização dos serviços permitiram tais transformações, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento das identidades sociais dos trabalhadores, processo que estava direta e indissociavelmente relacionado à classe e ao espaço de referência identitária.

No caso da estrutura fundiária, o processo de coletivização operou uma profunda reestruturação territorial, uma vez que foram alteradas, radicalmente, as relações de poder hegemônicas que mantinham uma estrutura agrária fortemente concentradora de terras e de riqueza.

A constituição de uma determinada coletividade era decidida em assembleia pelos trabalhadores de determinado *pueblo*, cidade ou comarca. Assim, uma determinada coletividade poderia ser constituída por apenas um *pueblo*, ou, ao contrário, poderia ser constituída por diversos *pueblos* e cidades, o que originava apenas uma única coletividade comarcal, o que era raro. Ainda existia uma outra possibilidade: a criação de pelo menos duas coletividades em uma única cidade ou *pueblo*, o que era mais raro, uma vez que as dimensões territoriais e o tamanho da população eram reduzidas e, geralmente, tratava-se de uma comunidade com uma forte identidade e sentimento de pertencimento. No entanto, existiram casos em que não houve consenso e as divergências entre os trabalhadores deram origem à coletividades distintas em um único recorte territorial. Por fim, existiam casos em que parte da população simplesmente não queria participar de nenhuma coletividade.

Novos limites, novas fronteiras, novas dinâmicas territoriais eram delineados com a instituição das coletividades. A malha territorial administrativa do Estado era significativamente desarticulada quando a coletividade dissolvia as fronteiras municipais instituídas, aglutinava ou separava *pueblos*. A constituição das coletividades imprimia outra dinâmica política e econômica na escala local, uma vez que significava a instituição de outro território no mesmo substrato material do território municipal. Nova dinâmica política explicitada pelo exercício do poder autônomo dos camponeses, desarticulando o exercício do poder estatal ou dos grandes proprietários e nova dinâmica econômica, uma vez que o processo de trabalho era organizado para satisfazer as necessidades diretas dos trabalhadores, que, pela primeira vez, detinham o controle dos meios de produção e do processo de organização da produção. As coletividades e os sindicatos passaram a controlar grande parte do comércio dos produtos agropecuários, o que criava condições muito mais favoráveis à sua produção e estabelecia uma desigualdade competitiva em relação aos proprietários individuais. Sem dúvida essas condições geravam fortes pressões econômicas e políticas sobre os chamados “individualistas”, que diante da dificuldade de comercializar seus produtos acabavam por se associar a uma coletividade para não sucumbir diante da concorrência com o trabalho coletivo.

Apesar dos conflitos e das dificuldades impostas pela guerra (redução de crédito, escassez de matéria-prima e insumos, redução do mercado consumidor e do comércio externo), as coletividades colocaram em prática uma série de medidas visando o aumento da produtividade e a racionalização da produção agropecuária (LEVAL, 1972; BERNECKER, 1982; GONZÁLES, 2003; CASANOVA, 2006). Tais medidas variavam de acordo com os recursos técnicos e financeiros disponíveis

e com a conjuntura política do lugar. Em outras palavras, as situações eram as mais diversas possíveis, o que torna muito difícil a construção de uma tipologia, no entanto, é possível identificar aquelas ações mais comuns e que tiveram maior impacto na atividade produtiva das coletivizações.

A primeira delas, sem dúvida, foi o aumento da área cultivada, que ocorreu devido à incorporação das terras ociosas de latifúndios. Segundo Bernecker (1982:255), a coletivização de terras na Catalunha, Aragão, Levante e Castela-La Mancha fez com que a área cultivada aumentasse em 1.736.000ha, o que significava aproximadamente 6,3% do total de terras cultivadas da Espanha. Sem dúvida um incremento significativo e que ocorreu principalmente em Aragão e Castela-La Mancha.

A segunda refere-se à implementação ou aumento dos sistemas de irrigação, cuja estrutura era muito deficiente. A questão da irrigação era quase que uma obsessão para os coletivizadores, uma vez que o sistema que existia era arcaico e insuficiente, com apenas 1.500.000ha irrigados, o que impedia uma utilização mais racional e eficaz da água e, conseqüentemente, era um obstáculo ao aumento da produtividade (SANTILLÁN, 1980:123). Nesse sentido, grandes esforços foram realizados para que os sistemas de irrigação fossem implementados ou modernizados. Evidentemente o problema não foi completamente resolvido, afinal, não houve, nem de longe, uma implementação maciça de sistemas de irrigação no campo transformando a Espanha em um paraíso agrícola. A implementação de tal tecnologia dependia basicamente de dois fatores: recursos financeiros e mão-de-obra técnica qualificada para projetar e implementar os sistemas. As coletividades que não dispunham desses dois fatores tentavam improvisar ou simplesmente não conseguiam os benefícios desta tecnologia. Ainda assim, obras e irrigação, construção de diques e canais também foram realizadas pelo Estado e que beneficiaram diretamente a população envolvida nas coletivizações, o que significou ganhos pontuais e avanços extremamente modestos nessa questão.

A terceira era a aquisição de ferramentas, máquinas e insumos para aumentar a produtividade. Se as condições eram favoráveis, os recursos disponíveis permitiam adquirir insumos, máquinas e ferramentas que aumentavam a produção e a capacidade de investimentos da coletivização. Aquelas que já iniciavam em dificuldades não conseguiam adquirir tais produtos com facilidade e dependiam da ajuda dos sindicatos e partidos para ter acesso a esses bens, o que nem sempre era possível. Além disso, diversas coletividades obtiveram linhas de crédito com o governo, principalmente com o Ministério da Agricultura. A dificuldade de incremento tecnológico foi uma das principais causas do fracasso de uma série

de coletividades que foram dissolvidas por conta da sua incapacidade produtiva. No entanto, mesmo aquelas com recursos para comprar tais produtos começaram a encontrar dificuldade na medida em que a guerra se desenrolava por conta da redução do comércio exterior do campo republicano, onde diversas empresas europeias e norte-americanas fornecedoras de máquinas, insumos e produtos químicos pararam de vender seus bens para a República com o objetivo de prejudicar o esforço de guerra, ao mesmo tempo em que continuavam a abastecer o campo nacionalista.

4. COMUNAS E FEDERAÇÕES: A ESPACIALIDADE ANARQUISTA

As novas formas de exercício do poder, que se concretizaram através das coletivizações e dos comitês engendraram uma nova espacialidade no território republicano. Tal espacialidade se expressava nas comunas e nas federações.

A comuna é uma unidade territorial autônoma, urbana ou rural, onde se desenvolve a vida cotidiana, que pode ou não estar associada de forma livre e voluntária a outras comunas, formando uma Federação (afinal, já no século XIX, a ideia de uma comuna isolada e autossuficiente era considerada uma impossibilidade por conta do processo de industrialização, aumento do comércio e desenvolvimento tecnológico). Conforme observamos anteriormente, o grau de autonomia e de radicalização da experiência dependida de uma série de fatores locais e regionais. Nesse sentido, é possível afirmar que a maioria das comunas efetivamente autônomas e livres se constituiu no campo, enquanto essa experiência foi mais reduzida nas cidades (o exemplo mais radical foi a cidade de Barcelona). Ainda que nas cidades não tenham se constituído comunas propriamente ditas, dentro delas existiam ilhas de autonomia (as fábricas, os serviços, a infraestrutura) autogeridas pelos comitês, como vimos anteriormente.

A federação é uma rede de pessoas e grupos com interesses ou atividades em comum que se associam de forma livre e voluntária com o intuito de desenvolver suas potencialidades e suas atividades, baseadas nos princípios da ajuda mútua e cooperação (Proudhon, 2001:99). Sua dinâmica de funcionamento era equivalente à dos comitês: constituição de assembleias e eleição de delegados. É interessante observar que a federação é multiescalar, conferindo-lhe uma estrutura em rede, onde cada ponto (indivíduo, rua, bairro, fábrica, comuna, sindicato, etc.) é conectado aos demais por fluxos comerciais, informacionais, econômicos, culturais, etc.

Ela pode existir dentro de um prédio, de uma rua, de um bairro, em uma cidade, extrapolar seus limites e ganhar uma escala regional, nacional ou até mesmo global. A princípio, a federação não possui uma escala dada *a priori*. Sua escala dependerá da consistência socioeconômica, dos recursos econômicos disponíveis, da qualidade da infraestrutura de comunicações e transportes, etc.

Os sindicatos, as coletivizações e comitês estavam organizados a partir dessas espacialidades: a comuna como um recorte territorial contínuo e a federação como uma rede que articulava o território libertário. Vejamos dois exemplos dessa espacialidade:

1. em uma cidade, por exemplo, as atividades produtivas estavam organizadas de acordo com seu ramo ou setor de atividade. Cada fábrica ou serviço de um determinado ramo (têxtil, metalúrgico ou motoristas de caminhões, por exemplo), tinha seu comitê, que deveria se articular com os demais estabelecimentos do mesmo ramo ou setor na cidade para formar um comitê local (ex. comitê local do ramo de transportes). Os comitês locais de cada ramo se articulavam em um conselho local de economia, responsável pela coordenação das atividades econômicas locais. Esse conselho era escolhido em assembleias e constituído por delegados. Os conselhos locais de economia constituíam Conselhos ou Federações Regionais de Economia. Paralelamente, cada setor ou ramo se articulava também nas escalas local, regional e nacional, formando, por exemplo, federações regionais e nacionais de um determinado ramo ou setor (SANTILLÁN, 1980).

2. em regiões onde as coletivizações rurais foram bem sucedidas, foi possível criar conselhos ou federações regionais. Tais órgãos foram constituídos com o objetivo de aumentar a cooperação técnica, econômica e comercial entre as coletividades. As federações regionais e cada comuna tinham comitês específicos para organizar o armazenamento, o comércio e a distribuição da produção. A Federação Regional de Camponeses de Castilha, por exemplo, criou fundos compensatórios que serviam para redistribuir produtos excedentes na região. As principais federações e conselhos criados foram os seguintes: o Conselho de Aragão, o Conselho Econômico da Catalunha, a Federação Regional de Coletividades de Aragão e a Federação Regional dos Camponeses do Levante.

5. CONCLUSÃO: LEGADO E LIMITES

O campo republicano perdeu a Guerra Civil em 1939. Antes disso, os anarquistas já haviam sido derrotados, tanto no plano militar quanto no político.

Foram combatidos pelos fascistas e, posteriormente, pelos grupos que constituíam o campo republicano, principalmente pelos comunistas⁴. Além das prisões e do assassinato de diversos anarquistas, talvez o momento mais traumático e simbólico tenha sido a destruição de coletividades aragonesas pelo coronel Enrique Líster utilizando a infantaria e tanques de guerra a mando do governo central de Madri, já controlado pelo PCE na época (agosto de 1937). Diante desse exemplo podemos ter a dimensão do desafio enfrentado pelos anarquistas.

Talvez o principal legado da experiência espanhola tenha sido ajudar a demonstrar que a instituição de um modo de existência libertário é possível, não se tratando apenas de uma utopia. Nessa experiência, milhões de pessoas estavam direta e indiretamente engajadas em um rico e profundo processo de transformação da organização societária, buscado instituir para si um modo de existência autônomo dentro dos limites das terríveis condições impostas por uma guerra civil. A experiência demonstra a possibilidade real e concreta da autogestão econômica e política realizada pelos próprios trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que foram protagonistas de feitos notáveis, os anarquistas, por outro lado, não foram capazes de superar completamente a heteronomia, as estruturas hierárquicas e centralizadoras. Certos conflitos básicos não foram totalmente superados, o exercício do poder não foi exercido coletivamente de forma plenamente autônoma, a injustiça social continuou existindo (ainda que muitíssimo atenuada), crimes foram cometidos, tampouco foi construído um “paraíso libertário” na Terra. Obviamente, os vícios, os defeitos humanos não foram abolidos. A análise deve evitar a idealização e o romantismo exagerado, justamente para fortalecer as estratégias de luta que buscam, com realismo, aumentar a margem de exercício da autonomia. Tanto a CNT quanto a FAI reproduziram dentro de suas estruturas hierárquicas e centralizações que não respeitavam o

4 Os projetos políticos de republicanos (socialistas, comunistas e parte dos liberais) e libertários eram incompatíveis. Os republicanos desejavam combater o fascismo e instituir uma democracia burguesa representativa, modernizar o capitalismo espanhol, enquanto os libertários almejavam fazer uma guerra revolucionária. Ao longo da guerra civil esses projetos se mostraram incompatíveis, o que gerou uma série de conflitos entre eles, primeiro no campo político e depois no campo militar. O PCE tornou-se hegemônico no campo republicano. Tal hegemonia foi exercida em função do decisivo apoio soviético à República Espanhola. O apoio de Stálin foi que permitiu a manutenção das tropas da república, que enviava armas, munição, petróleo e oficiais do Exército Vermelho, que atuavam como consultores militares. Por conta de tal apoio, o prestígio do PCE aumentou e foi questão de tempo até que passasse a controlar a dinâmica política do campo republicano. O apoio soviético exigia dos republicanos obediência à política externa de Moscou, que consistia em fortalecer os PCs ao redor do mundo, lutar contra o nazismo e o fascismo, fortalecer a via eleitoral como estratégia de transformação e evitar processos revolucionários de caráter libertário ou trotskista.

princípio federativo. Houve, de fato, a separação entre a cúpula do movimento (os principais líderes e dirigentes sindicais) e a base de militantes, que buscavam agir e conservar sua autonomia. No entanto, houve uma relativa centralização do exercício do poder na escala nacional e de condução da política da CNT-FAI em relação à colaboração com o Estado; ao mesmo tempo, não é plausível imaginar que em todas as coletivizações, em todos os comitês e organizações não tenha ocorrido algum tipo de abuso de poder, enriquecimento ilícito, personalismo, etc. No entanto, isso não diminui a importância e a riqueza da revolução espanhola.

Outra importante lição desta experiência diz respeito à capacidade de análise da conjuntura nas lutas sociais. Nesse aspecto, as organizações libertárias tiveram dificuldades de realizar análises prudentes e realistas, o que comprometeu o planejamento de uma estratégia geral política e militar para vencer a guerra e consolidar a revolução libertária. A principal consequência foi a progressiva colaboração das organizações libertárias com o aparelho de Estado, com o objetivo de vencer a guerra e manter as conquistas realizadas até então. A postura dos líderes anarquistas em colaborar com o governo central de Madri e com a *Generalitat* (governo autônoma da Catalunha) decretou o fracasso do processo revolucionário, uma vez que os esforços políticos e militares foram progressivamente sendo cada vez mais canalizados para fortalecer as estruturas governamentais, ao invés de fortalecer e ampliar os territórios libertários fora de influência do aparelho de Estado. Assim, a estratégia global da CNT e da FAI estava centrada na colaboração com a recomposição do aparelho estatal, o que significou o fortalecimento de uma estrutura heterônoma de poder, que tão logo recuperou sua capacidade de agir, voltou-se contra as experiências libertárias. Quanto mais fortaleciam o Estado, mais enfraquecida se tornava a revolução.

Apesar de todas suas limitações e ambiguidades, foi uma experiência rica e radical, que deixou um legado ético e político da maior importância para todos aqueles, que de algum modo, buscam transformar o mundo e suas vidas. Se, por um lado, os anarquistas perderam a guerra e não conseguiram consolidar a revolução, eles foram vitoriosos simplesmente pelo fato de conseguirem instituir, dentro das terríveis condições em que se encontravam, um novo modo de existência calcado na solidariedade, na ajuda mútua, na cooperação, na busca pelo aumento da liberdade, na tentativa de se distribuir melhor a riqueza, de tentar possibilitar o exercício do poder da forma mais autônoma possível.

THE EXPERIENCE OF ANARCHIST TERRITORIAL SELF-MANAGEMENT DURING THE SPANISH CIVIL WAR (1936-1939): LEGACY, LIMITS AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

During the Spanish Civil War (1936-1939), a significant portion of urban workers and Spanish peasants engineered a revolutionary character of process based on anarchist ideals formulated during the nineteenth century and early twentieth century. Gathered in unions and autonomous organizations, these protagonists began a vigorous and consistent process of expropriation and collectivization of the means of production and established forms of political and economic self-management and scales in different parts of Spain. Organizing dynamic new production and policy were instituted after the creation of horizontal structures and autonomous exercise of power. In this article we will hold an introductory analysis of the anarchist experience in the territorial self-management process engendered during the Civil War.

KEYWORDS: Spanish Civil War. Self-management. Social activism. anarchism

LA EXPERIENCIA DE AUTOGESTIÓN TERRITORIAL ANARQUISTA DURANTE LA GUERRA CIVIL ESPAÑOLA (1936-1939): LA HERENCIA, LÍMITES Y POSIBILIDADES

97

RESUMEN

Durante la Guerra Civil Española (1936-1939), una parte importante de los trabajadores urbanos y campesinos españoles comenzaron un proceso de carácter revolucionario basado en los ideales anarquistas formuladas durante el siglo XIX y principios del siglo XX. Reunidos en los sindicatos y las organizaciones autónomas, estos protagonistas comenzaron un proceso vigoroso y constante de expropiación y colectivización de los medios de producción y criaron nuevas formas de autogestión política y económica en diferentes escalas y lugares de España. Las nuevas dinámicas de organización de la producción y la política se iniciaron con la creación de las estructuras horizontales y ejercicio autónomo del poder. En este artículo vamos realizar un análisis introductorio de la experiencia anarquista en el proceso de autogestión territorial generada durante la Guerra Civil.

PALABRAS CLAVE: Guerra Civil Española. Autogestión. Activismo social. Anarquismo

BIBLIOGRAFIA

- ALBA, Victor. **Los colectivizadores**. Barcelona. Alertes. 2001.
- BERNECKER, Walter. **Las colectividades y revolución social. El anarquismo en la guerra civil española**. Barcelona. Crítica. 1982.
- BAKUNIN, Mikail. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo. Imaginário. 2003.
- CASANOVA, Julián. **Anarquismo y revolución social en la sociedad rural aragonesa 1936-1938**. Barcelona. Crítica. 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- _____. **Socialismo ou barbárie**. São Paulo. Brasiliense. 1983.
- DURAN, Antoni Castells. **Les collectivizacions a Barcelona 1936-1939**. Barcelona. Hacer Editorial. 1993.
- EALHAM, Chris. **La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflictos 1898-1937**. Madri. Alianza Editorial. 2005.
- GONZÁLES, Luis Garrido. **Colectividades agrárias em Andalucía: Jaén (1931-1939). Jaén**. Universidad de Jaén. 2003.
- KROPOTKIN, Piotr. **A anarquia: sua filosofia, seu ideal**. São Paulo. Imaginário. 2001.
- LEVAL, Gaston. **Colectividades libertarias em Espana**. Buenos Aires: Editorail Proyeccion, 1972.
- MALATESTA, Errico. **A anarquia**. São Paulo. Imaginário. 2001.
- MUÑOZ, Rafael Quirosa-Cheyrouze. Los consejos municipales: una nueva articulación del poder local en la retaguardia republicana. **Historia Actual Online**, N°. 4, 2004.
- ORWELL, George. **Lutando na Espanha**. São Paulo: Globo. 2006.
- PEIRATS, José. **La CNT en la revolución española**. Madrid. Ruedo Ibérico. 1978.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre. L&PM. 1998.
- _____. **Do princípio federativo**. São Paulo. Imaginário. 2001.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. **Comunas e Federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.
- _____. Geografia Histórica e ativismos sociais. **Geotextos**. Vol. 11, nº1 (julho), pgs. 241-268. Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

Salvador. 2015.

ROCA, Francesc. **Política, economía y espacio. La política territorial en Cataluña (1936-1939)**. Barcelona. Ediciones del Serbal. 1983.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. **O organismo econômico da revolução**. São Paulo: Brasiliense. 1980 [?]

SOUCHY, Agustín y Folgare, Paul. **Colectivizaciones. La obra constructiva de la revolución española**. Barcelona. CNT-AIT. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2006.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. **O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

_____. Autogetsão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldade das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. **Cidades**. Vol. 9, nº15, pgs. 57-93. Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente. 2012.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964 [1961]

TORRE, Alejandro R. Díez. **Trabajan para la eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón**. Madri. La Malatesta Editorial e Presnas Universitarias de Zaragoza. 2009.

TRUJILLO, Ivan Jesús. **Colectividades agrárias em la provincia de Ciudad Real**. Ciudad Real. Biblioteca de autores manchegos y Diputación de Ciudad Real. 2003.

VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha**. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1985.

Recebido em 15/09/2015

Aceito em 20/11/2015